

Resenha de imprensa

Fique por dentro das notícias publicadas na imprensa sobre as comunicações



Ano 4, Edição 4, de 09 de Abril de 2013

DISTRIBUIÇÃO INTERNA

Editor: Gabinete de Comunicação e Imagem

Correios de Moçambique: Dívidas ascendem a 150 milhões de meticais

As dívidas da Empresa Pública Correios de Moçambique com terceiros, incluindo organizações estrangeiras filiadas, totalizam mais de cinco milhões de dólares norte-americanos, o correspondente a 150 milhões de meticais.

O facto foi revelado, há dias, na cidade de Chimoio, em Manica, pelo Presidente do Conselho de Administração (PCA) daquela instituição, Luís Rego, durante a abertura da terceira reunião geral dos Correios de Moçambique, evento que decorreu sob o lema “Correios pela Sustentabilidade: Desafios e Oportunidades”.

Sem entrar em detalhes sobre a origem das referidas dívidas, aquele gestor empresarial realçou que a sua amortização está prevista para dentro dos próximos cinco a sete anos, altura em que se espera que aquela instituição venha alcançar relativa estabilidade financeira, com a introdução e operacionalização de novos produtos e serviços e com as medidas de reestruturação face aos desafios da actualidade.

Com efeito, indicou que tal dívida era relativamente superior que, entretanto, foi gradualmente sendo amortizada até atingir este remanescente. O esforço que vai continuar resulta

das medidas de reestruturação da empresa visando gerar mais recursos, que começou com a introdução da Correios Expresso de Moçambique (CORRE).

Além disso, Rego assegurou ter sido igualmente criada a Caixa de Poupança, no Niassa, que no seu dizer já caminha para a sua transformação em Banco Postal, acto previsto até final deste ano. Para o efeito, decorrem negociações neste sentido entre Correios de Moçambique e o Banco de Moçambique, concretamente visando a legalização da respectiva licença e outros documentos afins.

PROJECTOS DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA

Dirigindo-se aos presentes, o PCA dos Correios de Moçambique indicou que, para além destas acções, decorrem outros esforços conducentes à introdução da Empresa de Documentação e Arquivo, da Empresa de Logística, “além de que abraçámos o sector imobiliário, através do projecto de construção do edifício que iniciará logo que as condições estiverem criadas”.

No que diz respeito à imagem institucional, realçou terem sido impressas acções de pintura do edifício-sede da

empresa, a reconstrução da Estação dos Correios, em Marromeu, a reabilitação da Estação postal de Gondola e a ampliação do edifício dos Carreiros, em Catandica. Também foi reabilitado o edifício dos Correios na cidade de Tete, reabertas as estações postais de Chiúre, Ancuabe, Macomia e Mueda, em Cabo Delgado, Ponta do Ouro, em Maputo, Nova Mambone, em Inhambane, entre outras.

Para já, a Correios de Moçambique trabalha com os organismos internacionais no âmbito da cooperação técnica, nomeadamente com a SAPOA, AICEP e UPU para a dinamização do tráfego postal internacional na integração regional e da melhoria e diversificação dos produtos e serviços postais, em cumprimento da estratégia postal de Doa.

Tudo isto, conforme apurámos na circunstância, acontece numa altura em que a empresa Correios de Moçambique enfrenta desafios para ajustar as suas actividades com a realidade, através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), razão pela qual esboça novas fontes de rentabilidade financeira e novas estratégias para enfrentar o cada vez mais exigente e moderno mercado das comunicações.

A gestão de marketing e venda, inovação e diversificação do sector postal, entre outros pontos, figuram ainda na mesa dos trabalhos que terminam esta sexta-feira, reunindo quadros seniores do sector provenientes de todo o país. (*In Jornal Noticias, 03.04.2013*)

Ainda nesta edição

Banco Postal entra em funcionamento no país	2
Operadoras brasileiras multadas por falta de qualidade no serviço móvel	2
MANICA - Rádio comunitária no banco dos réus em Catandica	3
Maior ataque de sempre afeta desempenho da Internet	4
EUA querem limitar compras públicas de tecnologia com a China	4

Resenha de imprensa

Fique por dentro das notícias publicadas na imprensa sobre as comunicações

Banco Postal entra em funcionamento no país

Os Correios de Moçambique vão passar a ser o fiel depositário do Estado na canalização das pensões para os diversos pensionistas residentes a nível do território nacional, acto que vai beneficiar, maioritariamente, as zonas rurais onde reside maior número da população elegível.

A medida consta do Plano Estratégico daquela empresa pública e a sua operacionalização será possível através da criação de um Banco Postal a funcionar ainda este ano, havendo já interesse de vários parceiros nacionais e estrangeiros, com destaque para a integração da Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE).

A intenção foi anunciada, na cidade de Chimoio, pelo Presidente do Conselho de Administração (PCA) daquela empresa, Luís Rego, no final dos trabalhos da III Reunião Geral dos Correios de Moçambique que durante três dias decorreu naquela urbe.

Na verdade, o pagamento de pensões constitui, neste momento, uma preocupação de fundo no seio dos beneficiários, os quais têm-se debatido com imensas dificuldades de transporte das zonas de residência para sedes distritais e capitais provinciais, para onde, mensalmente, são obrigados a deslocar-se para o levantamento dos seus parques subsídios.

Rego sustentou ainda que a medida está numa fase bastante avançada de implementação no âmbito do cumprimento das orientações do Governo, através do Ministério dos Transportes e Comunicações, como forma de aliviar o sofrimento das populações, com particular incidência dos beneficiários.

Por outro lado, a criação do Banco Postal vai ainda aliviar, sobremaneira, os actuais constrangi-

mentos relacionados com a implementação do Fundo de Desenvolvimento Distrital, vulgo "sete milhões", em que os administradores distritais são apontados como sendo fiéis gestores, contrariando assim a Política Nacional de Bancarização.

Numa primeira fase, o Plano Estratégico dos Correios de Moçambique fixado entre 2011/2013, cujas ideias vão ser posteriormente mantidas válidas, permitiu já a criação, em 2009, da empresa Correios Expresso de Moçambique (CORRE), com um investimento avaliado em um milhão de dólares norte-americanos que, nos últimos dois anos da sua implementação, arrecadou uma receita acima de 100 milhões de meticais, esperando-se a duplicação do valor a partir deste ano.

Por este motivo, a fonte considera que os desafios da sua instituição ainda são enormes tendo abarcado já na transformação da empresa e na realização de acções de sustentabilidade e modernização, com impacto relevante no atendimento público. Por outro lado, estas acções visam introduzir novos serviços e revitalizar a imagem degradada da empresa nos últimos tempos.

Conforme projectam os gestores da firma, tal reorganização passa por definir os recursos humanos e financeiros, investindo e inovando nos serviços e adequando as novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Na base disso, estão a ser formados recursos humanos cujo processo implica a admissão de novos trabalhadores, mormente a camada juvenil. Assim, entre os próximos dois ou três anos, estima-se que venham a ser aplicados cerca de 15 milhões de dólares norte-americanos na modernização dos serviços e na formação dos recursos humanos.

O valor inclui, basicamente, a criação do Banco Postal e uma empresa de logística que vai possibilitar o

maior afluxo de encomendas do público. O Banco Postal será essencialmente rural virado para espezivar as poupanças rurais, como forma de garantir também maior acesso aos serviços financeiros à maior parte da população moçambicana. (In **Jornal Notícias, 03.04.2013**)

Operadoras brasileiras multadas por falta de qualidade no serviço móvel

Os últimos meses não têm sido fáceis para as empresas de telecomunicações no Brasil que estão a ser fortemente multadas pelo órgão regulador. Em duas semanas a OI foi condenada oito vezes.

A Agência Nacional de Telecomunicações brasileira (ANATEL) tem atribuído várias multas às operadoras do país por não cumprirem as metas de qualidade exigidas na prestação de serviços móveis.

No espaço de um mês a Vivo foi multada quatro vezes, duas das quais foram aplicadas ontem, 3 de abril, e diziam respeito a processos iniciados contra a empresa em 2010 e 2011. No total a operadora vai ter que desembolsar 191 mil reais, cerca de 73 mil euros, não por não cumprir os requisitos mínimos de qualidade e por estar a infringir o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal.

A ANATEL aplicou mais três multas à Telemar, uma empresa do grupo OI - no qual a Portugal Telecom tem participação - e que são relativas às investigações iniciadas em 2006 e 2007. Em causa está também o serviço prestado abaixo das qualidades exigidas. A sede da empresa no Rio de Janeiro foi multada em 3,3 milhões de reais, enquanto a filial do Amazonas foi condenada ao pagamento de 2,66 milhões de reais.

Traduzido em euros, a Telemar vai ter que pagar qualquer coisa como 2,3 milhões em multas.. só relativas a esta semana. Na última semana de março a OI foi considerada culpada em mais oito infrações investigadas pelas autoridades reguladoras.

Segundo a imprensa brasileira, desde o mês de fevereiro que a ANATEL tem "disparado" multas pelas várias operadoras e que a OI é quem está no topo das ilegalidades com 80 milhões de reais em coimas. (In <http://tek.sapo.pt>, 04.04.2013)

Resenha de imprensa

Fique por dentro das notícias publicadas na imprensa sobre as comunicações

MANICA - Rádio comunitária no banco dos réus em Catandica

A Rádio Comunitária de Catandica, no distrito de Bárue, em Manica, na pessoa do seu coordenador, Jhon Tchekwa, vai sentar no próximo dia 26 de Abril corrente no banco dos réus, indiciado de alegada difamação ao radiodifundir um artigo sobre um conflito que opõe o agricultor comercial e empresário Peter Waziwei e 60 camponeses membros da Associação Tariro Yemurim (Esperança dos Camponeses).

Em causa está o facto de em 2011 aquele empresário ter vendido àqueles camponeses, a título de crédito, cerca de 2,5 toneladas de semente, no valor de 93 mil meticais, supostamente sem qualidade e poder germinativo, conforme a alegação daqueles associados.

É que, conforme contaram aqueles camponeses citados na notícia radiodifundida pela rádio comunitária local, depois de lançada à terra a semente não germinou, facto que teria ocorrido em duas campanhas consecutivas (2011/2012) deitando abaixo a esperança daqueles produtores de produzir e alcançar os rendimentos que se propunham ao longo das duas safras e afectando os seus compromissos comerciais.

Indignados pela situação, os membros da associação, através do respectivo presidente, Patrique Cassequete, teriam contactado o proprietário daquela empresa, Peter Waziwei, o qual alegadamente não teria colaborado no sentido de reconhecer a falta de qualidade da semente que havia vendido e eventualmente proceder à devida reposição.

Depois de vários encontros e por não ter sido alcançado algum acordo, o assunto foi levado à consideração e mediação dos Serviços Distritais das Actividades Económicas (SDAE) de Bárue, instituição que tratou de solicitar algumas amostras da semente em causa para a testagem do seu poder

germinativo.

Na circunstância, de acordo com a notícia difundida pela Rádio Comunitária de Catandica, o presidente da associação teria levado àqueles serviços 100 grãos da referida semente que foram lançados à terra para controlar e monitorar o seu processo germinativo. Consta que daqueles grãos apenas 30 é que teriam germinado.

Face a esta situação, o presidente da associação agrícola teria solicitado que os resultados do teste fossem traduzidos por escrito, como forma de comprovar a alegada falta de poder germinativo daquela semente, facto que, aliás, não teria colhido consenso entre as partes. Foi na sequência disto que Patrique Cassequete teria decidido denunciar o caso através da Rádio e Televisão Comunitária de Catandica.

Aquela rádio, segundo conta o respectivo coordenador e ora réu, Jhon Tchekwa, antes de publicar o assunto, tratou de visitar, inicialmente, os campos agrícolas dos camponeses afectados pela falta de poder de germinação das sementes da "Nzara Yaperá", onde conversou com os associados, antes de cruzar a informação com os Serviços Distritais de Actividades Económicas.

A tentativa de ouvir a reacção da empresa visada, segundo Jhon Tchekwa, redundou em fracasso, tendo assim sido publicado o texto radiofónico que é matéria do aludido processo de difamação. Tchekwa considera infundada a acusação e defende que a rádio assumiu o seu papel de advocacia no conflito que ora dividia as partes e não cometeu nenhum crime de imprensa ao fazer isso.

Para ele, a missão da rádio é exactamente publicar o que acontece na autarquia e no distrito, desde que tais notícias não firam os interesses comunitários, as normas éticas da instituição e os ditames da Lei de Imprensa. Segundo argumentou, tudo que constitui notícia na comunidade onde a rádio está inserida, sobretudo quando tais notícias visem a defesa dos interesses da maioria, não constitui

infracção à luz da Lei de Imprensa.

PETER DIZ NÃO TER NADA CONTRA A RÁDIO

O "Notícias" contactou Peter Waziwai, para se pronunciar a respeito deste assunto. Ele disse que "não tenho nenhum caso com a Rádio Comunitária, muito menos com a associação mas apenas com a pessoa de Jhon Tchekwa, um jornalista daquela mesma rádio".

Ele considera que Jhon Tchekwa não agiu como profissional ao mandar publicar um artigo sem obter a sua versão e acredita que esta actuação terá resultado como retaliação face a um informe desabonatório que reconhece ter prestado a uma comitiva do Conselho Superior de Comunicação Social, aquando da sua última visita àquela estação radiofónica, quando Peter foi convidado a falar sobre ela na qualidade de personalidade influente no Município de Catandica.

Peter Waziwai diz que tudo quanto está a acontecer faz parte de um plano de Jhon Tchekwa de denegrir a sua imagem, a imagem da sua empresa, impedir a sua prosperidade e travar os seus negócios. Disse que, na sequência desta situação, a sua empresa tem estado a receber cada vez menos encomendas de sementes, facto que, segundo ele, está a influenciar negativamente para o cumprimento dos seus planos comerciais.

Defendeu que a semente que está em discussão já foi testada por uma empresa especializada, a PANNAR, a qual terá certificado que a mesma possui capacidade germinativa de 93 por cento, portanto, acima da média exigida, que nunca poderia não ter germinado nas machambas dos referidos camponeses.

Acrescentou que as amostras trazidas pela associação para os Serviços Distritais de Actividades Económicas de Bárue não fazem parte do lote da semente que forneceu, facto desmentido pelos associados que reiteram não haver qualquer intenção de prejudicar Peter Waziwai e os seus empreendimentos, mas sim que estão a lutar pela justiça no caso do negócio mal sucedido de sementes. (*In Jornal Notícias, 03.04.2013*)

Resenha de imprensa

Fique por dentro das notícias publicadas na imprensa sobre as comunicações

Maior ataque de sempre afecta desempenho da Internet

Serviços como o Netflix estão entre os mais prejudicados por um ataque massivo que teve como alvo a infraestrutura da Internet. Tudo começou com uma disputa entre um grupo de combate ao spam e uma empresa holandesa.

Os especialistas foram rápidos a classificar este ataque como o maior de sempre à infraestrutura da Internet e os efeitos fazem-se sentir no acesso a diversos serviços e sites web, escreve o jornal The New York Times.

"Este é o maior dataque DDoS anunciado publicamente na história da Internet", afirmou ao jornal Patrick Gilmore, chief architect da Akamai Networks, uma empresa que faz o acompanhamento do tráfego na rede e que hoje regista um crescimento de 142% no número de ataques detectados.

Para além da lentidão no acesso a páginas web, os técnicos responsáveis pela gestão da rede a nível global mostram preocupação com a escalada dos ataques, que estão a subir de intensidade e que podem vir a tornar inacessíveis serviços considerados básicos, como email ou homebanking.

Os ataques são dirigidos ao sistema de resolução de nomes na Internet (DNS - Domain Name System) e foram já relatados na semana passada por uma empresa de segurança norte-americana. O método usado pelos atacantes é o denial of service, DDoS, e segundo a mesma fonte estão a atingir picos de magnitude, crescendo para 300 mil milhões por segundo.

Os ataques terão tido origem numa disputa entre a Spamhaus - uma organização que regista entidades envolvidas no envio de spam - e uma empresa holandesa de alojamento, a Cyber-

bunker. A Spamhaus adicionou a Cyberbunker à sua lista negra e esta terá retaliado com ataques DDoS, que têm um efeito mais lato do que o objectivo inicial de evitar que a Spamhaus distribuísse a sua lista.

A Cyberbunker conta a sua versão da história no seu site, mas nunca admite ser a origem dos ataques.

A BBC escreve que há cinco grupos de combate ao cibercrime de diferentes países a investigar os ataques e cita os responsáveis da Spamhaus, que afirmam estar a combater o ataque há mais de uma semana, com sucesso, mantendo os seus mais de 80 servidores a funcionar.

Mas este foi classificado pelos responsáveis da Spamhaus como um ataque de "uma dimensão sem precedentes", embora estejam habituados a retaliações em modelos semelhantes de serviços que são colocados na lista negra. (In <http://tek.sapo.pt>, 27.03.2013)

EUA querem limitar compras públicas de tecnologia com a China

Os EUA querem condicionar as compras de tecnologia de entidades públicas a uma aprovação. A medida anti espões pode ter como alvo privilegiado a China.

A proposta está a ser trabalhada desde o último trimestre do ano passado, mas uma opinião de um especialista legal num blog chamou a atenção para a questão e para as consequências que a proposta pode ter para várias empresas, incluído para as norte-americanas.

A lei pretende impedir os departamentos de justiça e do comércio e a NASA de comprarem tecnologia sem uma autorização federal prévia. A ideia é criar um mecanismo que garanta a existência de uma avaliação formal ao risco de cibe-

respiagem associado às compras de equipamentos.

Esta avaliação deve ter em conta "qualquer risco associado à produção, fabrico ou montagem" por alguma entidade chinesa ou gerida no ou pelo país. Além das empresas chinesas, em sentido lato, esta lei pode visar muitas empresas ocidentais, nomeadamente empresas europeias que fabriquem equipamentos na China.

Stewart Baker, o advogado que trouxe a questão a lume, defende que a medida pode ser um duro golpe para fabricantes como a Lenovo, bem como para alguns fabricantes norte-americanos, acredita o homem que também já foi secretário adjunto do departamento de segurança nacional.

Um assessor do congresso já veio no entanto garantir que a medida não

pretende prejudicar empresas norte-americanas ou europeias com operações na China. "Está enfocada em entidades dirigidas por Pequim", alega o responsável.

Um estudo do serviço de pesquisa do Congresso de maio de 2012 apurou que os Estados Unidos importam qualquer coisa como 129 mil milhões de dólares da China em produtos de alta tecnologia.

Uma investigação realizada no ano passado pelo congresso já tinha concluído que empresas chinesas como a Huawei ou a ZTE mantinham forte ligação com o governo chinês, apontando indícios de que a tecnologia das empresas poderia recolher dados que seriam usados pelos serviços de espionagem daquele país asiático. Em conclusão, o relatório aconselhou as empresas norte-americanas a não fazerem negócio com tecnológicas chinesas. (In <http://tek.sapo.pt>, 01.04.2013)